

Blitz integrada da Lei Seca reforça fiscalização de trânsito na véspera do Carnaval

Qua 26 fevereiro

A [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#), por meio da [Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito \(CET-MG\)](#), e parceiros realizaram, na noite dessa terça-feira (25/2), uma blitz integrada da operação Lei Seca para reforçar a segurança no trânsito no período de Carnaval.

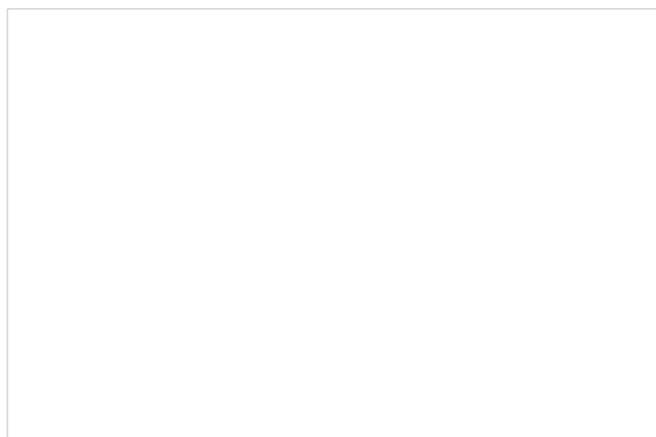
As blitzes aconteceram em locais estratégicos da capital com o objetivo de coibir a combinação de álcool e direção, reduzir acidentes causados por motoristas embriagados e conscientizar a população sobre os riscos da imprudência ao volante.

Durante as abordagens na BR-356, no bairro Sion, e na Rua Alberto Cintra, no bairro União, foram aplicados testes do etilômetro, além da verificação da regularidade de veículo e condutor, conforme a legislação de trânsito.

“A blitz Lei Seca integrada reuniu as forças de segurança de Minas Gerais e as federais, com o objetivo comum de coibir o álcool na direção e verificar a regularidade de veículos e condutores. Além disso, a ação nas vésperas do Carnaval é oportuna para passar uma mensagem de conscientização para os foliões”, afirmou o diretor de Integração e Operações de Trânsito da CET-MG, Bruno Raslan.

Resultados

Ao todo, foram fiscalizados 150 veículos, com realização de 121 testes do etilômetro. Quatro condutores recusaram soprar o aparelho. Assim como os motoristas que dirigem sob efeito de álcool, aqueles que recusam o teste são multados em R\$ 2.934,70, podendo a multa ser aplicada em dobro em caso de reincidência no período de 12 meses.



Sem habilitação

A ação também flagrou duas pessoas dirigindo veículo sem possuir habilitação, o que é uma infração gravíssima. O condutor flagrado cometendo a infração está sujeito uma multa de R\$ 880,41. Além disso, o veículo fica retido até a apresentação de um condutor habilitado. Outros 19

(AIT) foram lavrados. A operação também resultou na remoção de 13 veículos por infração de trânsito.

A iniciativa teve a participação de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da [Polícia Militar de Minas Gerais \(PMMG\)](#), da [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#), do [Departamento de Estradas de Rodagem \(DER-MG\)](#), da [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp-MG\)](#), da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH) e da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A (BHTrans).